

O mapa do caminho para o Rio de Janeiro



Por JÚLIA THURLER & LUISA HARDUIM*

O fetichismo da mercadoria verde: como soluções de mercado mascaram a dependência estrutural do Rio de Janeiro do petróleo

1.

O mapa do caminho para o fim do uso dos combustíveis fósseis foi uma das principais frentes do mutirão brasileiro na COP30. Embora ele tenha sido ponto de disputas, e no documento final não contenha mais o mapa, foi anunciada a Primeira Conferência Internacional para o Fim dos Combustíveis Fósseis em 2026 na Colômbia. E com ela, a possibilidade de um futuro “desfossilizado”.

A construção de uma sociedade de baixo carbono está urgentemente ligada a uma transição energética global. Diminuir o uso de fontes energéticas como carvão, petróleo e gás natural é uma das medidas necessárias frente aos desafios das mudanças climáticas. A tarefa não é fácil, já que o setor fóssil compõe a maior parte das emissões globais. Embora esse não seja o caso do Brasil, em uma perspectiva subnacional, esse é o caso do Rio de Janeiro.

O plano de transformação ecológica do governo federal (2023) tem um dos principais focos em biocombustíveis, já que a matriz elétrica brasileira é em sua maior parte renovável. Ao evidenciarmos quais são os estados brasileiros que fogem a essa tendência, em primeiro lugar, está o Rio de Janeiro. Com o título de estado mais fóssil do país, o Rio de Janeiro se encontra em uma encruzilhada.

Ao mesmo tempo que a capital do Rio de Janeiro sedia prestigiosos eventos internacionais de sustentabilidade, o estado ainda tem pouco a oferecer sobre quais caminhos no mapa precisamos percorrer. Segundo os dados do Balanço Nacional Energético (BNE), o Rio de Janeiro incide significativamente na pegada fóssil do Brasil e é o estado mais dependente dos combustíveis fósseis. A dependência fóssil do Rio não é só por conta da queima de combustível fóssil na rede de transportes, ou da fonte elétrica em sua maior parte por termelétricas, mas é também por seu setor industrial fóssil garantir sua colocação de segundo maior PIB do Brasil.

Segundo o Plano estratégico do Rio (2022) duas dinâmicas definem o estado neste século: “a emergência da economia do petróleo e o marasmo metropolitano”. Então como fica o Rio de Janeiro com o fim do uso de combustíveis fósseis? Essa pergunta precisa ser feita; e se ela já foi feita, novas perguntas precisam surgir. Esse debate, contudo, não diz respeito apenas às alternativas tecnológicas ou às metas anunciadas. Ele é moldado por um enquadramento mais amplo que configura como a crise climática é percebida, gerida e politicamente administrada.

2.

As respostas contemporâneas à emergência climática têm se articulado a partir de um regime que combina

financeirização, mercantilização e responsabilização individual, um tripé que, longe de transformar a base material do sistema energético, tende a atualizar o que vem sendo chamado de capitalismo verde.

Soluções como compensações de carbono, mercados regulados, certificações ambientais e mudanças comportamentais aparecem como caminhos suficientes, quando na verdade operam como instrumentos de legitimação de um modelo que segue ancorado nos combustíveis fósseis.

A crise ecológica é frequentemente convertida em oportunidade de negócio, reorganizando a agenda ambiental em formatos compatíveis com a lógica de valorização financeira. O efeito é um deslocamento contínuo: problemas estruturais são traduzidos em escolhas de consumo, enquanto disputas políticas profundas tornam-se imperativos de “gestão” e “boa governança”. O Rio de Janeiro é um caso emblemático dessa inversão.

O estado do Rio de Janeiro projeta uma imagem de liderança climática com eventos internacionais, planos setoriais, projetos-piloto ao mesmo tempo em que segue profundamente dependente da exploração e circulação petroleira, que moldam empregos, receitas, investimentos e vulnerabilidades.

Esse mecanismo dialoga diretamente com o que Karl Marx descreveu como fetichismo da mercadoria. No campo ambiental, o fetichismo se reinventa quando produtos, certificações e soluções de mercado passam a encarnar a promessa de sustentabilidade, obscurecendo as relações sociais, políticas e territoriais que produzem a crise climática.

A mercadoria “verde” aparece como portadora de virtude, ao passo que os vínculos entre Estado, capital e infraestrutura fóssil permanecem intactos. Há um descompasso profundo entre a vitrine e a materialidade: a modernização discursiva convive com uma dependência fóssil crescente, reforçada por cadeias produtivas pouco diversificadas e por um mercado de trabalho intensamente vinculado ao setor petroleiro.

Dessa forma, a transição ecológica aparece como horizonte necessário, mas é narrada de modo a preservar as formas existentes de acumulação ao deslocar o foco para indivíduos, para inovações isoladas ou para instrumentos financeiros, e não para a transformação estrutural do modelo energético. Assim, o Rio de Janeiro parece avançado no plano simbólico, mas permanece contido por uma matriz produtiva cuja lógica contradiz a própria ideia de transição energética justa.

Esse descompasso cria a impressão de que a transição energética pode ser conduzida sem tensionar o núcleo material da economia fluminense, bastando um ajuste tecnocrático ou um consumo mais “consciente”. Mas essa narrativa despolitiza a crise e mascara seus fundamentos: a dependência estrutural do estado a uma cadeia de valor fóssil que não se desfaz com soluções de mercado.

Assim, se quisermos enfrentar seriamente a crise climática e suas expressões territoriais, é preciso reconhecer que não se trata apenas de substituir tecnologias, mas de interrogar as relações de poder, os interesses econômicos e as formas de desigualdade que moldam o arranjo energética fluminense. Só assim será possível construir alternativas que não reempacotem o velho como novo, mas que tensionem diretamente os fundamentos fósseis do desenvolvimento do estado.

3.

As cadeias produtivas do estado do Rio de Janeiro se resumem à petrolífera, metalomecânica e de serviços. Se não houver um processo de transição para a cadeia produtiva petrolífera e de inovação para os setores navais e automobilísticos das cadeias metalomecânicas, o Rio de Janeiro pode sofrer ainda mais com a desindustrialização e o desemprego. A agenda de transição energética do estado do Rio (2024) aponta possibilidades como biogás, energia eólica *offshore* e hidrogênio verde. Se por um lado amenizam o impacto fóssil do gás, por outro, apenas projetam caminhos ainda pouco potentes ou ainda muito incertos.

Nas últimas décadas, o estado vem sentindo os efeitos da crise da Petrobrás de 2014, assim como da privatização de

diversos ativos da Petrobrás nos últimos anos. Se por um lado, temos vivências interessantes como é o caso do município de Maricá, por outro, temos outras inquietantes como é o caso do município de Macaé. Até onde o lucro da exploração de petróleo e gás retorna socioambientalmente?

O presidente Lula insiste em afirmar que a exploração de petróleo e gás na margem equatorial pode financiar a transição energética brasileira. Mas como atualmente a exploração em curso contribui para a transição energética? É compreensível a necessidade de desenvolvimento para regiões que não tem seu direito à energia e de acesso à energia garantidos, no entanto, o consenso das *commodities* não incide em maior soberania energética.

Com certeza o mapa do caminho para o Rio de Janeiro é iluminado por um tempo bom e agraciado por lindas imagens; não só as belas praias, mas também os rios e as cachoeiras, as serras e as matas... se a aposta no turismo traz um bom retorno, pouca mobilidade e integração das diferentes regiões do estado dificultam a capilarização do setor. No entanto, só o setor de turismo não é suficiente.

O Rio de Janeiro não tem só uma miragem econômica, ele já tem recursos e capacidades de transformação do investimento público-privado em cadeias produtivas sustentáveis. Se falta ousadia nos planos de transição energética do estado, a alegria da força produtiva nunca falta. Em tempos de implementação de projetos de adaptação climática, o estado precisa de um forte direcionamento para as demandas do novo regime climático.

**Júlia Thurler é mestranda em sociologia no IESP-UERJ.*

**Luisa Harduim é doutoranda em sociologia no IESP-UERJ.*

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

CONTRIBUA